

PORTUGUÊS

EDUCAÇÃO E ÉTICA SOCIAL

Por Ignez Martins Tollini*

1 O crescimento da educação pública no Brasil é um fator positivo para que milhões de pessoas saiam da pobreza e venham a ser atores na sociedade. Contudo, esse mesmo crescimento deve também ser avaliado por seu mau funcionamento.

5 Desde as primeiras décadas do século passado, renitentes problemas da educação desafiam a pesquisa científica, o bom senso de educadores e os planos de mudança de sucessivos governos. Tais fatos fazem com que, no atual momento, as esperanças de mudança da qualidade da educação pública estejam muito fragilizadas.

11 Esse pessimismo pode trazer consigo algumas vantagens. Uma delas é fazer com que pessoas na área educacional, e mesmo fora dela, questionem a má qualidade da educação, principalmente a educação oferecida a todo o povo, a educação básica. Nessa era globalizada, esse questionamento pode atravessar fronteiras e suscitar opiniões que se agregam à perplexidade de analistas nacionais.

18 A recente declaração de respeito do Professor norte-americano da Universidade de Stanford, Martin Carnoy, é exemplar. Ao declarar que “professores brasileiros não sabem ensinar”, Carnoy reforça a seguinte conclusão da pesquisa divulgada pelo Ministério da Educação em setembro: “737 mil universitários cursam universidades, faculdades e centros universitários ruins”. Tais achados parecem deletérios à primeira vista, mas têm o mérito de revelar a verdade.

26 Coincidência ou não, em vários setores públicos a procura da “verdade” é assunto importante. Não pode ser diferente na área da educação. As revelações acima mostram que a educação brasileira está em perigo. Mais especificamente, mostram que existem sérios problemas relacionados com instituições e professores na área educacional, o que suscita justa indagação sobre a formação de professores nas Faculdades de Educação.

33 Os universitários formados nas Faculdades de Educação ruins por certo serão “professores que precisam de adicionais conhecimentos para aprender a ensinar”. As observações de Carnoy, e anteriores observações de acadêmicos brasileiros, fazem crer que as Faculdades de Educação, em geral, devem reavaliar suas capacidades de avançar e transmitir conhecimento e providenciar a prática de metodologias de ensino, talvez à moda das antigas “escolas de aplicação”.

41 Entretanto, a revelação da má qualidade da educação, em seu aspecto científico e técnico, não esgota a procura da verdade na problemática apontada acima. É necessário considerar os aspectos morais que com ela coexistem, mas que não estão a ela ligados. Em outras palavras, a ciência deve ter permanente diálogo com comportamentos morais. Se isso não acontece, os resultados da ação educativa são prejudicados e a formação dos estudantes, no caso em questão, dos futuros professores, é, no mínimo, incompleta.

50 Os princípios da ética social, tais como transparência, honestidade e responsabilidade, não devem ser ignorados nas instituições de formação de professores e alunos. Às vezes, a não observância desses princípios e outros do mesmo teor fica oculta, com grande prejuízo para a educação como um todo. A falta de debate sobre o assunto, por si só, contraria as determinações do art. 37 da Constituição.

57 Quando instituições educacionais de formação de professores, as Faculdades de Educação por excelência, por motivos não explicitados, permitem que fatores tais como utopias, ideologias e preconceitos se sobreponham aos verdadeiros deveres e responsabilidades da ação educativa, cometem grave falta de respeito aos direitos sociais dos cidadãos. É negado a esses a oportunidade de se prepararem para exercer sua cidadania com a necessária competência intelectual e moral.

*Mestre em Educação Brasileira (UnB), Master of Sciences in Education (Purdue University) e Ph.D. in Education (Universidade de Londres).

Fonte: TOLLINI, Ignez Martins. Educação e Ética Social. L&C. Revista de Administração Pública e Política. São Paulo. Ano XII. Nº 137. Nov. de 2009. Editora Consulex

01 – Conforme o texto a esperança de mudança na educação pública está fragilizada devido a:

- A) o fato de milhões de brasileiros viverem na pobreza;
- B) o mau funcionamento da educação;
- C) os problemas que desafiam a pesquisa científica;
- D) problemas que desafiam tanto a pesquisa quanto professores e governantes;
- E) problemas nos planos dos governos.

02 – Os fatos “desmoralizadores” relacionados com a educação pública apresentados no texto são:

- A) a revelação de que a educação brasileira está em perigo e que milhões de pessoas vivem na pobreza;
- B) o questionamento da má qualidade da educação e os planos de mudanças de sucessivos governantes;
- C) declaração sobre professores brasileiros não saberem ensinar e a má formação desses professores em centros universitários de má qualidade;
- D) a globalização e a perplexidade de analistas nacionais sobre a educação pública;
- E) a revelação do Ministério da Educação e a perplexidade de analistas nacionais.

03 – Uma das soluções apresentadas para os problemas que “insistem” em desafiar a pesquisa, professores e governantes acerca da educação pública pode ser:

- A) a aplicação de conhecimentos adicionais para professores já formados;
- B) a reavaliação de centros universitários na busca de avanços na transmissão de conhecimentos e provisão de práticas de pedagógicas;
- C) a busca da verdade em vários setores públicos em áreas diferentes da educação;

- D) o questionamento sobre o mau funcionamento da educação pública;
- E) a apreciação de alguns fatos que, embora deletérios, podem enunciar uma verdade acerca da educação.

04 – A autora do texto evoca um dispositivo constitucional para chamar a atenção para uma discussão que parece não existir. Essa discussão se desenvolve, dentre muitas outras coisas, em torno:

- A) da improbidade que alguns administradores escolares mantêm durante seu período de gestão escolar;
- B) da ilegalidade de os pais participarem da administração dos recursos dispensados às escolas;
- C) da impessoalidade com que os gestores educacionais tratam os professores e os funcionários;
- D) da ineficiência de funcionários e professores que é severamente punida pelos gestores escolares;
- E) da moralidade que têm todos os gestores escolares em face da educação pública.

05 – O artigo apresentado trata sobre a educação pública brasileira e a questão da ética. A autora se apóia em, pelo menos, duas premissas para sustentar a tese de que essa educação passa por uma séria fragilidade. Os dois argumentos em que se baseia a autora são:

- A) a falta de ética de alguns professores, bem como a improbidade de alguns gestores escolares;
- B) a crença em alguns fatores como utopias, ideologias e preconceitos, além da má qualidade do ensino superior;
- C) os princípios de ética que não são observados e a falta de debates sobre as leis que tratam da educação;
- D) a negação do direito à educação e a falta de responsabilidade na ação educativa;
- E) a declaração de um professor norte-americano e os resultados de uma pesquisa realizada pelo MEC que aponta o precário ensino superior brasileiro.

06 – Nas sentenças abaixo **todas** as conjunções “**e**” destacadas têm valor semântico aditivo, **exceto** em:

- A) [...] desafiam a pesquisa científica, o bom senso de educadores **e** os planos de mudança de sucessivos governos;
- B) [...] devem reavaliar suas capacidades de avançar **e** transmitir [...];
- C) [...] conhecimento **e** providenciar a prática de metodologias de ensino;
- D) [...] milhões de pessoas saíam da pobreza **e** venham a ser atores na sociedade;
- E) [...] ação educativa são prejudicados **e** a formação dos estudantes [...].

07 – O termo “**contudo**” (linha 3) expressa ideias opostas. No texto as ideias contrárias explicitadas por esse termo são respectivamente:

- A) os problemas por que passa a educação pública brasileira e a questão ética e moral;
- B) o fato de milhões de pessoas saírem da pobreza e o mau crescimento da educação pública brasileira;
- C) o feito do crescimento da educação brasileira e o mau funcionamento do sistema educacional;
- D) o crescimento da educação brasileira e o mau funcionamento do ensino superior brasileiro;
- E) o fato de milhões de brasileiros passarem a ser atores na sociedade e os planos de mudanças de sucessivos governos.

08 – Na linha 12 do texto, o termo “**e mesmo**” denota um valor semântico de:

- A) condição que adiciona um novo pensamento;
- B) ênfase que quebra com uma expectativa;
- C) suposição que contraria uma ideia já mencionada;
- D) consequência que substitui uma ideia nova já mencionada;
- E) hipótese que contraria uma ideia que está por vir.

09 – O termo “**isso**” (linha 46) faz uma retomada anafórica, respectivamente, de:

- A) ação educativa e formação de estudantes;
- B) formação de estudantes e formação de professores;
- C) procura da verdade e aspectos morais
- D) aspectos morais e aspectos pedagógicos;
- E) ciência e comportamentos morais.

10 – O termo “**entretanto**” (linha 41) introduz uma ideia contrária à outra previamente estabelecida. **Todas** as ideias abaixo têm valor oposto à ideia primeira introduzida por “**entretanto**”, **exceto** em:

- A) a revelação da má qualidade da educação no ensino superior;
- B) a necessidade de considerar aspectos morais;
- C) o diálogo entre a ciência e a moral;
- D) o desconhecimento de princípios éticos e sociais;
- E) a falta de debate de assuntos sobre transparência, honestidade e responsabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11 – Os princípios do direito administrativo consubstanciam as premissas básicas de um dado regime jurídico administrativo. Eles indicam o ponto de partida e os caminhos a serem percorridos. Assim, podemos compreender o significado do termo princípio, seguindo o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello da seguinte forma:

Princípio é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a

tônica e lhe dá sentido harmônico. É o conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo.

(Mello, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 12 edição, 2000. P 747-748)

Sobre os princípios do direito administrativo observe as questões abaixo:

- I.** Eficiência não é um conceito jurídico, mas econômico. Não qualifica normas, qualifica atividades. Numa ideia muito geral, eficiência significa fazer acontecer com racionalidade, o que implica medir os custos que a satisfação das necessidades públicas importam em relação ao grau de utilidade alcançado. Assim, o *princípio da eficiência*, orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo. Rege-se, pois, pela regra de consecução do maior benefício com o menor custo possível.
- II.** A prescritibilidade, como forma de perda da exigibilidade de direito, pela inércia de seu titular, é um princípio geral do direito. Logo, não é de se estranhar que ocorram prescrições administrativas sob vários aspectos, quer quanto às pretensões de interessados em face da Administração, quer tanto às desta em face de administrados. Assim é especialmente em relação aos ilícitos administrativos. Se a Administração não toma providência à sua apuração e à responsabilização do agente, a sua inércia gera a perda do seu *ius persequendi*.
- III.** A maior parte dos princípios da Administração Pública encontra-se positivado, implícita ou explicitamente, na Constituição. Possuem eficácia jurídica indireta e mediata. Exercem a função de diretrizes superiores do sistema, vinculando a atuação dos operadores jurídicos na aplicação das normas a respeito dos mesmos e, objetivando a correção das graves distorções ocorridas no âmbito da Administração Pública que acabam por impedir o efetivo exercício da cidadania.

Está(ão) correta(s):

- A) I e II;
B) Apenas a III;
C) II e III;
D) I, II e III;
E) Apenas a II.

12 – Sabe-se que as fontes do Direito Administrativo são as responsáveis diretas pela criação, elaboração e aperfeiçoamento de toda ciência administrativista, produzindo, aprimorando e até justificando, suas Leis, normas internas e decisões judiciais. Sobre esta temática observe as questões abaixo:

- I.** Não é somente a Constituição Federal que constitui uma fonte jurídica para o Direito Administrativo. As Leis, os regulamentos, as instruções normativas, as resoluções e até mesmos as portarias expedidas pela Administração Pública, também, figuram como fontes jurídicas para o Direito Administrativo.

- II.** Os costumes, também, representam importante fonte do direito. Surgem através de comportamentos, atos ou condutas praticados reiteradamente que com o passar do tempo começam a integrar o cotidiano das pessoas. Em se tratando do direito Administrativo especificamente, é importante ressaltar a questão da “prática administrativa” como importante fonte do Direito Administrativo.
- III.** Os princípios gerais do Direito são proposições jurídicas teóricas fundamentais, que constituem a base de toda a legislação, e que podem ou não estar ou não contidos na lei. Tais princípios pertencem também às fontes do Direito Administrativo.

Está(ão) correta(s):

- A) I, II e III;
B) I e II;
C) I e III;
D) II e III;
E) Apenas a I.

13 – Sobre Administração Pública Direta e Indireta, é *incorreto* afirmar que:

- A) Administração Direta seria a gestão dos serviços públicos pelas próprias pessoas políticas através de um conjunto de órgãos que estão integrados na sua estrutura. A competência para prestação dos serviços está distribuída entre os diversos órgãos que a compõem.
- B) Administração Direta caracteriza-se pela ausência de patrimônio próprio, e por uma relação de hierarquia, e consequentemente de subordinação, que se estabelece entre os diversos órgãos.
- C) São exemplos de Administração Indireta as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, que se caracterizam por terem personalidade jurídica própria, patrimônio próprio.
- D) Observa-se que na administração indireta, ao inverso da administração direta, não existe uma relação de hierarquia, não havendo por consequência uma relação de subordinação entre as pessoas; o que existe é meramente uma vinculação da pessoa jurídica que compõe a administração indireta a um dos órgãos integrantes da administração direta.
- E) A empresa pública pode se constituir sob qualquer uma das formas admitidas em direito e a sociedade de economia mista só pode ser criada sob a forma de sociedade anônima. Na empresa pública o capital é privado, já na sociedade de economia mista parte do capital pertence ao Estado e outra parte pertence ao particular.

14 – Sabe-se que o Contrato administrativo é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que há um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas. Sobre esta temática observe as questões abaixo:

- I.** O contrato administrativo tem as seguintes características: formal, oneroso, comutativo e intuitu personae. É formal porque deve ser formulado por escrito e nos termos previstos em lei. Oneroso porque há remuneração relativa à

contraprestação do objeto do contrato. Comutativo porque são as partes do contrato compensadas reciprocamente. Intuitu personae consiste na exigência para execução do objeto pelo próprio contratado.

II. Os contratos administrativos poderão ser alterados unilateralmente, com as devidas justificativas da Administração Pública. Cumpre esclarecer que a alteração unilateral limita-se ao objeto e às cláusulas regulamentares, significando o modo de sua execução do contrato administrativo.

III. Toda e qualquer alteração unilateral do contrato deve conservar o equilíbrio financeiro inicial, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram nas obras, serviços ou compras, até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Está(ão) correta(s):

- A) I e II;
- B) Apenas a II;
- C) II e III;
- D) I, II e III;
- E) Apenas a III.

15 – Sabe-se que licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame ao maior número possível de concorrentes. Pois bem, é dispensável a licitação nos seguintes casos, **exceto**:

- A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) Nos casos de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, não se proibindo a prorrogação dos respectivos contratos.
- C) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- D) Quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.
- E) Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso

de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

16 – Observe a citação abaixo:

“Pouca importância dão, em geral, os nossos publicistas às ‘questões de princípios’. Mas os princípios são tudo. Os interesses materiais da nação movem-se de redor deles, ou, por melhor dizermos, dentro deles.”

Rui Barbosa

Sobre os Princípios Constitucionais observe as questões abaixo:

- I.** Os princípios constitucionais demandam análise direcionada à legitimidade de regras, ou normas jurídicas. Estes princípios não se identificam apenas com um único caso concreto, mas com uma percepção mais genérica do ordenamento jurídico. Como podemos deduzir, os princípios desfrutam de posição hierárquica superior em relação às normas jurídicas.
- II.** Deve-se considerar que a perspectiva básica dos princípios constitucionais não pode ser confundida com a previsão constitucional de normas programáticas, estas, apresentam-se como aspiração política do legislador constituinte.
- III.** A aplicação de vários princípios ao caso concreto também implica suscitar um problema de intensidade, que é resultante de conflitos entre princípios a serem resolvidos mediante a abordagem pragmática do intérprete constitucional.

Está(ão) correta(s):

- A) I e II;
- B) Apenas a I;
- C) I e III;
- D) I, II e III;
- E) Apenas a II.

17 – O objetivo maior do Direito Constitucional é o que a doutrina chama de “filtragem constitucional”. Isso quer dizer que todas as espécies normativas do ordenamento jurídico devem existir, ser consideradas como válidas e analisadas sempre sob à luz da Constituição Federal. Através dessa observância é que se afere se elas são ou não constitucionais. É nesse momento que entra o controle de constitucionalidade, para observar se as leis e normas estão compatíveis com a Carta Magna. Sobre esta temática observe as questões abaixo:

- I.** No Brasil o sistema de controle de constitucionalidade é misto, ou seja, difuso e concentrado. Possui sua origem do modelo americano, criado em 1803. Inspirado nesse modelo, a constituição de 1891 iniciou o controle de constitucionalidade. A partir daí qualquer juiz monocrático, ou tribunal (órgão jurisdicional colegiado), poderia deixar de aplicar a norma no caso concreto. Esse sistema é exercido no âmbito do caso concreto tendo, portanto natureza subjetiva, por envolver interesses de autor e réu. Assim, permite a todo e qualquer juiz analisar o controle de constitucionalidade.

II. A interpretação conforme a constituição, é uma técnica de interpretação das leis inconstitucionais, utilizada em razão do princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos. Este princípio faz com que a declaração de inconstitucionalidade seja uma medida excepcional, pois não cabe ao juiz deixar de aplicar uma lei por mera suspeita, sem que haja robusta comprovação de sua incompatibilidade vertical.

III. A representação interventiva é uma medida excepcionalíssima prevista no artigo 34, VII da CF e fundamenta-se na defesa da observância dos Princípios Sensíveis. São assim denominados, pois sua inobservância pelos Estados-membros ou Distrito Federal no exercício de suas competências, pode acarretar a sanção politicamente mais grave que é a intervenção na autonomia política.

IV. A ação declaratória de constitucionalidade é uma modalidade de controle por via principal, concentrado e abstrato, cuja finalidade da medida é muito clara: afastar a incerteza jurídica e evitar as diversas interpretações e contrastes a que estão sujeitos os textos normativos.

V. A ADPF (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) terá a finalidade de “evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do poder público”. Pode se entender que preceitos fundamentais são decisões políticas e rol de direitos e garantias fundamentais. Assim, a ADPF tem duas finalidades que são a preventiva e repressiva, de evitar ou reparar lesão não só a preceito fundamental, mas também de ato do poder público, seja este normativo ou administrativo.

Estão corretas:

- A) I, III e V;
- B) II, IV e V;
- C) I, II e III;
- D) I, II, III e IV;
- E) I, II, III, IV e V.

18 – Compete privativamente à União legislar sobre, *exceto*:

- A) Regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;
- B) Propaganda comercial;
- C) Sistemas de consórcios e sorteios;
- D) Sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;
- E) Assistência jurídica e Defensoria pública.

19 – Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- I. Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

III. Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Estã(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e III;
- E) Apenas a I.

20 – Sabe-se que a Constituição Federal não cria tributos, apenas outorga poder para que os entes estatais instituem os tributos atribuídos no seu texto. Sendo assim, a Constituição reparte o Poder de Tributar entre os vários entes políticos. O poder de criar tributos é repartido, de modo que cada ente estatal tem competência para impor prestações tributárias, dentro dos limites assinalados na Constituição. Sobre Tributação e Orçamento observe as questões abaixo:

- I. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- II. As taxas, quando possível, poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- III. Lei ordinária poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- IV. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.

Estão corretas:

- A) I, II, III e IV;
- B) I e IV;
- C) II e IV;
- D) II, III e IV;
- E) I e II.

21 – A Lei de introdução ao código civil é um decreto-lei revestido da natureza jurídica de lei complementar que regula a vigência, a validade, a eficácia, a aplicação, a interpretação e a revogação de normas no direito brasileiro, bem como delimita alguns conceitos como o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido. Sobre a lei acima é *incorreto* afirmar que:

- A) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior;
- B) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência;

- C) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação;
- D) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova;
- E) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

22 – Sobre defeitos do Negócio Jurídico, é **incorreto** afirmar que:

- A) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio;
- B) A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta;
- C) O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante;
- D) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, não poderão ser anulados pelos credores quirografários;
- E) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

23 – Segundo Maria Helena Diniz as diferenças básicas entre decadência e prescrição são as seguintes:

”A decadência extingue o direito e indiretamente a ação; a prescrição extingue a ação e por via oblíqua o direito; o prazo decadencial é estabelecido por lei ou vontade unilateral ou bilateral; o prazo prescricional somente por lei; a prescrição supõe uma ação cuja origem seria diversa da do direito; a decadência requer uma ação cuja origem é idêntica à do direito...”

(Curso de Direito Civil Brasileiro, p. 364, 2003)

Sobre a decadência e prescrição em nosso Código Civil, observe as questões abaixo:

- I. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- II. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
- III. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- IV. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- V. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Estão corretas:

- A) I, III e IV;
B) Todas;
C) I, III e V;
D) I, II e III;
E) Apenas a I e III.

24 – Sobre o Condomínio em nosso Código Civil, observe as questões abaixo:

- I. As dívidas contraídas por um dos condôminos em proveito da comunhão, e durante ela, obrigam o contratante; mas terá este ação regressiva contra os demais.
- II. O condômino, ou possuidor, que não cumpre reiteradamente com os seus deveres perante o condomínio poderá, por deliberação de três quartos dos condôminos restantes, ser constrangido a pagar multa correspondente até ao quíntuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, conforme a gravidade das faltas e a reiteração, independentemente das perdas e danos que se apurem.
- III. É permitido ao condômino alienar parte acessória de sua unidade imobiliária a outro condômino, só podendo fazê-lo a terceiro se essa faculdade constar do ato constitutivo do condomínio, e se a ela não se opuser a respectiva assembléia geral.

Está(ão) correta(s):

- A) I e II;
B) Apenas a III;
C) II e III;
D) I, II e III;
E) Apenas a II.

25 – Sobre o Direito das Obrigações é **incorreto** afirmar que:

- A) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- B) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor terá direito de exigir a prestação subsistente ou o valor da outra, com perdas e danos; se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexequíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos.
- C) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.
- D) A respeito da cessão de crédito, o cedente responde pela solvência do devedor.
- E) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.

26 – Sobre Litisconsórcio e Assistência observe as questões abaixo:

- I.** O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.
- II.** Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.
- III.** A assistência obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, não cessa a intervenção do assistente.

Está(ão) correta(s):

- A)** I e II;
- B)** Apenas a III;
- C)** II e III;
- D)** I, II e III;
- E)** Apenas a I.

27 – Sobre Intervenção de Terceiros, é **incorreto** afirmar que:

- A)** A oposição, oferecida antes da audiência, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
- B)** Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.
- C)** Na assistência adesiva ou litisconsorcial o assistente é direta e imediatamente vinculado à relação jurídica, objeto do processo. A intervenção se dá para que o assistente ingresse no processo coadjuvando o assistido, para evitar que a sentença produza efeito não sobre a relação jurídica de que ele e o assistido participem, mas na relação jurídica que o liga ao adversário da parte que assiste.
- D)** O chamamento ao processo consiste num meio de formação de litisconsórcio ativo, por iniciativa do próprio autor.
- E)** O chamamento ao processo e a denúncia da lide possuem em comum a possibilidade da propositura de uma ação regressiva eventual do réu, contra o chamado ao processo.

28 – Sobre a Petição Inicial em nosso Código de Processo Civil, observe as questões abaixo:

- I.** Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- II.** Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela.

- III.** Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, admitir-se-á a cumulação, se o autor empregar o procedimento sumário.

Está(ão) correta(s):

- A)** I e II;
- B)** Apenas a II;
- C)** II e III;
- D)** I, II e III;
- E)** Apenas a III.

29 – Sobre a Ação Monitória em nosso Código de Processo Civil, observe as questões abaixo:

- I.** A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.
- II.** Tal procedimento não é uma imposição, tendo em vista que o credor poderá escolher entre a via injuntiva e a de cognição ou de conhecimento para se chegar ao objetivo final, que é o processo de execução.
- III.** O procedimento monitório faz parte dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa, sendo caracterizado, portanto, como uma especial modalidade de procedimento de cognição superficial, com resquícios do processo de execução.

Está(ão) correta(s):

- A)** I e III;
- B)** Apenas a I;
- C)** I, II e III;
- D)** II e III;
- E)** Apenas a III.

30 – Sobre a Ação de Consignação em Pagamento, observe as questões abaixo:

- I.** Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito da quantia devida, em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, em conta com correção monetária, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.
- II.** Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, tanto que se efetue o depósito, os juros e os riscos, salvo se for julgada improcedente.
- III.** Tratando-se de prestações periódicas, uma vez consignada a primeira, pode o devedor continuar a consignar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que os depósitos sejam efetuados até 5 (cinco) dias, contados da data do vencimento.
- IV.** Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de 5 (cinco) dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor o faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito.

V. Quando a consignação se fundar em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, não comparecendo nenhum pretendente, converter-se-á o depósito em arrecadação de bens de ausentes; comparecendo apenas um, o juiz decidirá de plano; comparecendo mais de um, o juiz declarará efetuado o depósito e extinta a obrigação, continuando o processo a correr unicamente entre os credores; caso em que se observará o procedimento ordinário.

Estão corretas:

- A) I, III e V;
- B) II, IV e V;
- C) I, II e III;
- D) I, II, III e IV;
- E) I, II, III, IV e V.

31 – Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregado, *exceto*:

- A) Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
- B) A condenação criminal do empregado à pena privativa de liberdade, transitada em julgado, desde que não tenha havido suspensão da execução da pena. Para a concretização de tal justa causa, é imprescindível que o ilícito penal cometido tenha relação com o contrato de emprego.
- C) Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço.
- D) Ato de indisciplina ou de insubordinação.
- E) Embriaguez habitual ou em serviço.

32 – Sobre o Aviso Prévio observe as questões abaixo:

- I. A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.
- II. O valor das horas extraordinárias habituais não integra o aviso prévio indenizado.
- III. O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Está(ão) correta(s):

- A) I e III;
- B) Apenas a I;
- C) I, II e III;
- D) II e III;
- E) Apenas a III.

33 – A doutrina predominante entende que o contrato de trabalho tem natureza contratual. A CLT no seu art. 442 dispõe que:

“Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expreso, correspondente à relação de emprego”.

Sobre o contrato de trabalho observe as questões abaixo:

- I. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- II. Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- III. Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

Está(ão) correta(s):

- A) I e II;
- B) Apenas a I;
- C) I e III;
- D) I, II e III;
- E) Apenas a II.

34 – Sobre alteração no contrato de trabalho (arts. 468 a 470 da CLT), observe as questões abaixo:

- I. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. Essa garantia é conhecida como princípio da imodificabilidade ou inalterabilidade das condições de trabalho.
- II. O princípio da imodificabilidade refere-se apenas ao contrato individual de trabalho, à alteração pactuada diretamente entre empregador e empregado. Pois a Constituição vigente privilegia a negociação coletiva, permitindo que por seu intermédio sejam pactuadas alterações lícitas nas condições de trabalho, autorizando até mesmo a redução do salário, desde que mediante acordo ou convenção coletiva.
- III. Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação.

Está(ão) correta(s):

- A) I e II;
- B) Apenas a I;
- C) I e III;
- D) Apenas a II;
- E) I, II e III.

35 – A respeito da Suspensão e Interrupção do contrato de trabalho observe as questões abaixo:

- I.** Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.
- II.** Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.
- III.** O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado.

Está(ão) correta(s):

- A) I e III;
- B) Apenas a III;
- C) I, II e III;
- D) II e III;
- E) Apenas a I.

36 – Sobre os Recursos Trabalhistas observe as questões abaixo:

- I.** Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, caberá Recurso de Revista, inclusive na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- II.** O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- III.** Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

Está(ão) correta(s):

- A) I e III;
- B) Apenas a III;
- C) I, II e III;
- D) II e III;
- E) Apenas a I.

37 – A respeito da Execução Trabalhista observe as questões abaixo:

- I.** Serão executadas *ex-officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.
- II.** É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.
- III.** Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*.
- IV.** Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.

Estão corretas:

- A) I, II, III e IV;
- B) I e III;
- C) II e IV;
- D) II, III e IV;
- E) I e II.

38 – Sabe-se que as férias no Brasil foram ao longo do tempo uma conquista do trabalhador. O primeiro registro histórico é do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1889 e posteriormente em 1890 os operários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Somente em 1925 as férias foram ampliadas aos demais empregados de outras empresas e demais atividades, quando foram consagradas por lei, mas ainda assim não mantinham a forma como as conhecemos, pois eram de 15 dias e não existia o adicional de 1/3 das férias. Constitucionalmente as férias anuais são registradas a partir de 1934. Foi em 1943 com a Consolidação das Leis Trabalhistas que as férias foram dimensionadas com mais propriedade e unificada as diversas leis até então vigentes. Sobre as férias observe as questões abaixo:

- I.** Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.
- II.** O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de sete faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade.
- III.** O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 90 (noventa) dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

Está(ão) correta(s):

- A) I, II e III;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e III;
- E) Apenas a I.

39 – A respeito dos adicionais inseridos na CLT observe as questões abaixo:

- I.** A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá: com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância ou com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.
- II.** O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
- III.** O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

Está(ão) correta(s):

- A)** I e II;
- B)** I, II e III;
- C)** I e III;
- D)** Apenas a III;
- E)** Apenas a I.

40 – Sobre o Contrato de aprendizagem observe as questões abaixo:

- I.** Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
- II.** A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- III.** O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

Está(ão) correta(s):

- A)** I e III;
- B)** Apenas a III;
- C)** I, II e III;
- D)** II e III;
- E)** Apenas a I.